



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 16/06/2025

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Cobalchini (MDB - SC)** - O Deputado manifestou repúdio aos Decretos nºs 12.466, 12.467 e 12.499, de 2025, que aumentaram significativamente as alíquotas do IOF. Criticou a ausência de diálogo com o Congresso e com os setores produtivos, e considerou a medida um abuso do poder regulamentar. Mencionou que as alíquotas do imposto praticamente dobraram, penalizando especialmente micro e pequenos empreendedores, além das cooperativas de crédito. Ao final, alertou para o impacto econômico da medida, estimado em R\$ 19 bilhões em 2025 e R\$ 39 bilhões em 2026, e anunciou a apresentação de um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos dos atos do Executivo.

**Nelinho Freitas (MDB - CE)** - O Deputado agradeceu a oportunidade de assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, destacando o apoio da família e, em especial, de seu pai, Raimundinho, ex-Prefeito de Russas (CE). Expressou reconhecimento ao ex-Senador Eunício Oliveira, presidente do MDB no Ceará, por tê-lo indicado ao mandato. Também agradeceu ainda ao Governador Elmano de Freitas pelo período em que atuou como assessor especial no Governo Estadual do Ceará. Ao final, reafirmou seu compromisso com o povo cearense, mencionando o apoio das regiões do Vale do Jaguaribe e do Cariri, onde foi o Deputado mais votado, e colocou-se à disposição para trabalhar junto à bancada do Ceará.

**Mauro Benevides Filho (PDT - CE)** - O Deputado elogiou o gesto do ex-Senador Eunício Oliveira por ceder espaço para a posse do Deputado Nelinho Freitas, destacando a importância da decisão para o fortalecimento do MDB e para a atuação da bancada cearense. Saudou a chegada de Nelinho Freitas à Câmara, ressaltando seu vínculo com o Município de Russas (CE), no Vale do Jaguaribe, e expressou confiança no trabalho que o novo Deputado realizará no Parlamento. Também fez menção à trajetória de seu pai, sempre ligado ao MDB, como sinal de coerência e compromisso partidário.

**André Figueiredo (PDT - CE)** - O Deputado saudou a posse do Deputado Nelinho Freitas na Câmara, destacando sua trajetória como Deputado Estadual e a missão de representar temporariamente o Senador Eunício Oliveira. Reforçou a importância da união da bancada cearense, incluindo o Deputado Yury do Paredão, para fortalecer as pautas do Estado e apoiar o Governador Elmano de Freitas. Ao final, expressou confiança de que Nelinho fará uma atuação destacada em benefício de Russas (CE), do Cariri e de todo o Ceará.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Yury do Paredão (MDB - CE)** - O Deputado celebrou a posse do Deputado Nelinho Freitas, destacando o gesto de grandeza do Presidente do MDB no Ceará, Eunício Oliveira, ao ceder temporariamente seu mandato. Afirmou que o MDB se fortalece com a chegada de Nelinho à Câmara dos Deputados e expressou confiança em seu desempenho durante os 121 dias de exercício parlamentar. Também projetou o retorno de Eunício ao Senado em 2026, reiterando seu papel central no partido. Por fim, colocou-se à disposição para colaborar com Nelinho na defesa dos interesses do Ceará.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal ao comentar os desdobramentos da investigação sobre a tentativa de golpe. Disse ter assistido a depoimentos e manifestações do Ministro Alexandre de Moraes e considerou infundadas as acusações, afirmando que não há provas materiais nem legalidade para condenações baseadas em intenção. Também citou o jurista Ives Gandra para reforçar sua tese e sugeriu que o Judiciário estaria promovendo um verdadeiro golpe. Além disso, questionou a atuação do Governo Federal durante os atos de 8 de janeiro e fez críticas a um adversário político em seu Estado, Tocantins, que estaria tentando desestabilizar seu mandato.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado criticou o aumento do IOF e celebrou a possibilidade de sua derrubada na pauta da Câmara, referindo-se Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025. Afirmou que os brasileiros estão sobrecarregados com a alta carga tributária e recebem pouco em troca. Acusou o Governo Lula de elevar sucessivamente os impostos para cobrir gastos excessivos, alegando que 24 tributos já foram reajustados. Além disso, dirigiu-se diretamente à população, inclusive aos beneficiários do Bolsa Família, questionando se consideram positivo o aumento da carga fiscal.

**Marangoni (UNIÃO - SP)** - O Deputado criticou o aumento das alíquotas do IOF, classificando a medida do Governo como inconstitucional e com objetivo meramente arrecadatário. Argumentou que, a nova medida provisória agrava a situação ao tributar setores estratégicos como o imobiliário e o agronegócio. Defendeu a aprovação do regime de urgência para derrubar o decreto. Também pediu a derrubada de três vetos no Congresso: o que impede o reconhecimento de pessoas com diabetes tipo 1 como deficientes; o que obriga a revalidação de aposentados com doenças incuráveis; e o que barra a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais.

**Átila Lins (PSD - AM)** - O Deputado declarou voto contrário a dispositivo da Medida Provisória (MP) nº 1.303, de 2025, que transfere às Prefeituras a responsabilidade pelo cadastro dos pescadores artesanais. Afirmou que essa mudança retira a atribuição das colônias, sindicatos e associações de pescadores, o que poderá gerar confusão e burocratizar ainda mais o processo. Também informou que apresentará emenda



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

para suprimir esse trecho da MP, destacando a importância de manter o modelo atual, especialmente para os pescadores do Amazonas. Ao final, mencionou que a MP surge como tentativa do Governo de compensar o desgaste causado pelo decreto de aumento do IOF.

**General Girão (PL - RN)** - O Deputado criticou o fim do programa de escolas cívico-militares, defendido pelo Governo Federal, e afirmou que essa medida afronta o desejo da população por ensino de qualidade. Atribuiu à aplicação do método Paulo Freire a queda nos indicadores educacionais do País e destacou os colégios militares como modelo de disciplina e desempenho. Também mencionou que escolas cívico-militares seguem essa metodologia e contam com grande adesão de pais e alunos. Por fim, ressaltou que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a legalidade dessas escolas, e que a decisão de mantê-las deve ser dos Governadores, Prefeitos e das famílias.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado declarou apoio ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 314, de 2025, que visa sustar o aumento do IOF determinado pelo Governo Federal. Mencionou que a medida imposta pela gestão Lula, articulada pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, representa um duro golpe especialmente para os microempreendedores e integrantes do Simples Nacional, elevando a alíquota de 0,88% para 1,95% em operações de até 30 mil reais. Ao final, afirmou que haverá ampla maioria na Câmara para aprovar o PDL, destacando o apoio de partidos como Novo, PL, União Brasil, Republicanos, PP e parte do PSD.

**Gustavo Gayer (PL - GO)** - O Deputado manifestou indignação quanto ao julgamento que visa à prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro, classificando o processo como uma "aberração jurídica" e um "teatro fabricado". Afirmou que o delator mudou sua versão diversas vezes sob coação e que a defesa não teve pleno acesso aos autos. Também criticou o Supremo Tribunal Federal, acusando-o de ameaçar Deputados e de interferir nos Poderes Legislativo e Executivo. Acrescentou que há uma tentativa de silenciar a Direita e controlar politicamente o País. Ao final, convocou a população para um ato na Avenida Paulista, marcado para o dia 29 de junho.

**Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL)** - O Deputado criticou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusando-o de ser conivente com o crime organizado e de não combater a crescente violência no País. Comparou o número de mortes no Brasil a conflitos internacionais, apontando para uma crise de segurança pública interna. Também criticou a fragilidade das fronteiras, a atuação das facções criminosas e a suposta inação do Governo Federal. Por fim, defendeu uma ofensiva direta contra o crime organizado e afirmou que, em 2026, sua principal agenda será a retirada de Lula da Presidência e o endurecimento das políticas de segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Evair Vieira de Melo (PP - ES)** - O Deputado defendeu a votação de duas urgências no plenário. A primeira foi a anulação do aumento do IOF promovido pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticado por sua ausência em momento decisivo para a economia. A segunda tratou da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, com destaque para uma emenda de sua autoria que propôs isenção de até 500 mil reais para produtores rurais. Destacou que a medida incentivaria a formalização no campo, estimularia a emissão de notas fiscais e impulsionaria a produção agropecuária, com impactos positivos na economia nacional.

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado criticou a ausência do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante o debate sobre o aumento do IOF. Afirmou que o País enfrenta uma crise econômica que exige atenção imediata, especialmente por afetar diretamente os trabalhadores mais pobres. Demonstrou indignação com o fato de o Ministro estar de férias em meio à polêmica tributária e pediu sua saída do cargo. Por fim, classificou a política econômica do Governo como prejudicial à população de baixa renda e cobrou responsabilidade do Executivo diante do cenário enfrentado pelo Brasil.

**Coronel Ulysses (UNIÃO - AC)** - O Deputado denunciou supostos abusos cometidos por agentes do ICMBio no Acre, especialmente no Município de Xapuri (AC). Informou que produtores rurais relataram expulsões sem mandado judicial, apreensão de gado e bens, e destruição de propriedades. Afirmou ter sido impedido de fiscalizar uma base do ICMBio, mesmo após se identificar como membro da Comissão de Agricultura e da Comissão de Segurança Pública. Por fim, criticou a atuação do Governo Federal na Amazônia e pediu à Ministra Marina Silva a suspensão imediata da operação, alegando prejuízos a famílias de trabalhadores e ex-seringueiros.

**General Girão (PL - RN)** - O Deputado contestou a comparação entre o Presidente da República e um general, argumentando que o Presidente jamais serviu às Forças Armadas e desconhece a realidade da carreira militar, que exige mérito e dedicação. Além disso, defendeu o direito de Israel à autodefesa, classificando como legítima a ação preventiva realizada contra o Irã, tendo em vista o avanço do programa nuclear iraniano e o objetivo declarado de destruir o Estado de Israel.

**Guilherme Boulos (PSOL - SP)** - O Deputado criticou a Direita e o setor financeiro da Faria Lima por defenderem cortes de gastos públicos enquanto apoiam isenções fiscais para grandes produtores do agronegócio e grandes corporações. Ademais, ressaltou que as isenções somam R\$ 615 bilhões, valor superior ao orçamento de programas sociais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Farmácia Popular. Além disso, condenou a resistência desses grupos em aceitar cortes em emendas parlamentares e supersalários. Adicionalmente, defendeu propostas do Presidente Lula, como a isenção do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento do IOF, argumentando que tais medidas afetam apenas os mais ricos. Por fim, repudiou a Direita por agir com hipocrisia ao proteger interesses de bilionários e de manter vínculos estreitos com o mercado financeiro e os banqueiros.

**Luiz Fernando Vampiro (MDB - SC)** - O Deputado criticou o Governo Federal por adotar medidas fiscais sem planejamento estratégico como a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País, alterando regras em setores como agricultura, mercado imobiliário, apostas eletrônicas e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ademais, reprovou o aumento sistemático da carga tributária como forma de aumentar a receita. Além disso, citou reportagem com o empresário Ricardo Faria para ilustrar os efeitos negativos do Bolsa Família sobre a contratação de mão de obra. Adicionalmente, alertou para o risco de o Brasil perder competitividade em relação a países vizinhos, devido à falta de segurança jurídica e fiscal. Por fim, defendeu a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta os efeitos do decreto que aumentou o IOF.

**Junio Amaral (PL - MG)** - O Deputado denunciou uma tentativa de sabotagem contra o Vereador Dito Pistola, do Partido Liberal (PL), em Santa Rita do Sapucaí (MG). Relatou que o Vereador, alvo de sucessivas tentativas de cassação, teve sua água contaminada com medicamento durante uma sessão da Câmara Municipal, o que representou risco à sua saúde. Criticou a resistência da Câmara Municipal em fornecer as imagens que poderiam identificar os responsáveis, apesar de a autoria já ter sido assumida por outro Vereador. Por fim, manifestou apoio ao Vereador Dito e repudiou a postura da Câmara de Vereadores, que está dificultando as investigações sobre o caso.

**Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS - DF)** - O Deputado defendeu a derrubada do Veto nº 14, de 2023, ao Projeto de Lei nº 1.825, de 2022, que institui a Lei Geral do Esporte, argumentando que os dispositivos vetados são essenciais para o fortalecimento da política esportiva nacional. Ressaltou que o texto aprovado resultou de amplo diálogo com o setor e com o Congresso Nacional. Destacou a importância da Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap), com mais de 30 anos de atuação, para garantir a transição de carreira dos atletas após a aposentadoria esportiva. Criticou a justificativa do veto, que alegou falta de fundamento para o repasse de recursos à entidade. Além disso, lamentou o veto a artigos que tratavam da governança esportiva, da autonomia das entidades e do papel do Conselho Nacional do Esporte. Por fim, apelou aos Parlamentares pela rejeição do veto, em defesa da inclusão, da integridade e da valorização do esporte brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Sargento Fahur (PSD - PR)** - O Deputado celebrou a entrega de novas viaturas à Polícia Militar do Paraná, destacando que oito veículos seriam destinados a Curitiba (PR) e outros três já se encontravam no interior do Estado. Ressaltou que as caminhonetes, adquiridas com recursos de emendas parlamentares de sua autoria, fortaleceriam o enfrentamento à criminalidade. Além disso, enfatizou que os recursos públicos foram aplicados em benefício direto da população, em contraste com os gastos do Presidente Lula e da Primeira-Dama Janja em viagens e compras no exterior. Ao final, reafirmou seu compromisso com a segurança pública e com o apoio às forças policiais.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado elogiou o ataque de Israel ao Irã, afirmando que a ação evitou a produção de cerca de nove bombas atômicas, dado o estoque de urânio iraniano enriquecido. Criticou o Irã por descumprir o acordo internacional de não proliferação de armas nucleares e acusou o Governo Lula de adotar postura favorável ao regime iraniano, que classificou como ditatorial e inimigo da comunidade internacional.

**João Daniel (PT - SE)** - O Deputado condenou o Governo de Israel, classificando-o como assassino, ditatorial e responsável por um genocídio contra o povo palestino. Criticou Israel pela criação de inimigos e a propagação de mentiras para garantir financiamento dos Estados Unidos e perpetuar ações militares violentas. Ademais, destacou que o próprio povo israelense, incluindo militares, tem denunciado os massacres, por meio de abaixo-assinados que apontam a falta de apoio popular ao Governo Netanyahu. Além disso, celebrou as manifestações ocorridas em diversas partes do mundo em defesa do povo palestino e da criação do Estado da Palestina. Por fim, repudiou as manifestações da extrema Direita brasileira em apoio ao Governo de Israel.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado criticou o posicionamento do Partido dos Trabalhadores (PT) em relação ao conflito envolvendo Israel, acusando a legenda de defender grupos como Hamas, Hezbollah, Houthis e outros financiados pelo Irã. Defendeu o direito de Israel à autodefesa, argumentando que o país enfrenta ataques constantes e luta por sua sobrevivência. Ademais, condenou o regime iraniano, classificando-o como uma ditadura dos aiatolás que reprime a liberdade de expressão e os direitos das mulheres. Além disso, expressou a esperança de que o povo iraniano se rebele contra o Governo. Por fim, defendeu que Israel, com apoio de nações aliadas, elimine a ameaça representada pelo Irã, especialmente em relação ao risco nuclear.

**Coronel Fernanda (PL - MT)** - A Deputada celebrou a iminente leitura do requerimento para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar o desvio de recursos de aposentados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Alertou para o risco de colapso do sistema previdenciário caso a situação não seja enfrentada com rigor. Criticou a Esquerda por não ter assinado o requerimento, apesar de desejar integrar a comissão. Ademais, condenou a omissão de setores da Esquerda diante das violações de direitos das mulheres no Irã, denunciando a violência e a opressão impostas por aquele regime. Ao final, defendeu o respeito e a valorização das mulheres e convocou os Parlamentares a comparecerem à sessão de instalação da CPMI, reforçando a necessidade de investigação e de responsabilização dos envolvidos.

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado criticou o Governo Lula por priorizar conflitos no Oriente Médio enquanto negligencia a violência interna no Brasil. Destacou que, no ano anterior, foram registradas 38.722 mortes violentas no País e condenou a ineficácia da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, de iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Além disso, reclamou do aumento de 82% no preço do café em 12 meses e apontou que, além da falta de segurança e de estabilidade econômica, a população também enfrenta dificuldades para consumir itens como picanha e cerveja.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado defendeu a atuação de Israel na guerra contra o Irã, lembrando que o conflito teve início com os ataques do Hamas, seguidos por ações de outros grupos ligados ao regime iraniano. Criticou o financiamento de organizações terroristas e a estratégia de guerra por procuração promovida por Teerã. Além disso, ressaltou que Israel presta um serviço ao mundo ao impedir a produção de armas nucleares por um país que ameaça a segurança global. Por fim, destacou que as forças israelenses avisam antes de atacar, enquanto os adversários lançam bombas contra civis desavisados.

**Gustavo Gayer (PL - GO)** - O Deputado criticou a postura da Esquerda em relação a conflitos internacionais, acusando-a de apoiar regimes autoritários e grupos terroristas. Reprovou o posicionamento do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT), afirmando que têm exposto o Brasil à vergonha internacional. Repudiou o apoio do Governo Lula ao regime de Nicolás Maduro na Venezuela, à Rússia na invasão da Ucrânia e ao Governo chinês, que foi convidado a interferir na liberdade de expressão no Brasil. Ademais, condenou o apoio ao Hamas após os ataques a Israel e acusou o PT de defender o Irã, que classificou como país terrorista e financiador de organizações extremistas em todo o mundo. Ao final, alertou para as consequências negativas dessa orientação na política externa brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado afirmou que cresce o desespero dos bolsonaristas diante da possibilidade de prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro, a quem acusou de covardia ao pedir desculpas ao Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, em diversas ocasiões. Além disso, condenou o Governo Netanyahu por massacrar mulheres e crianças na Palestina, e acusou os bolsonaristas de ignorarem essa situação. Ademais, mencionou a Deputada Carla Zambelli, apontando que ela deverá ser presa, e acusou Bolsonaro de abandonar antigos aliados. Ao final, afirmou que o Brasil está melhorando sob o Governo Lula.

**Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.843, de 2025, de sua autoria, que busca garantir a oferta de tratamento oncológico, incluindo quimioterapia e radioterapia, em todos os Estados brasileiros por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Alertou para as dificuldades enfrentadas por pacientes de regiões distantes dos grandes centros, como em Roraima, onde o serviço de radioterapia não é oferecido. Criticou a necessidade de deslocamentos para outros Estados por meio do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), o que agrava o sofrimento de pacientes e familiares. Além disso, destacou que a proposição estabelece o prazo de 24 meses para a implantação desses serviços em todo o território nacional. Ao final, reiterou seu compromisso com a defesa da saúde pública.

**Waldenor Pereira (PT - BA)** - O Deputado celebrou os aniversários de emancipação política de quatro Municípios do sudoeste da Bahia: Brumado (BA), Mirante (BA), Bom Jesus da Serra (BA) e Lagoa Real (BA). Destacou a programação religiosa, desportiva, cultural e festiva que marcou as comemorações. Ressaltou o novo momento de desenvolvimento vivido por Brumado (BA) após a eleição do Prefeito Fabrício Abrantes. Elogiou a gestão do Prefeito Edinho do Maracujá e do Vice-Prefeito Iran de Jesse em Mirante (BA), apontando a expressiva participação popular nas festividades. Além disso, cumprimentou inúmeras lideranças locais como o Prefeito Welton Andrade, de Bom Jesus da Serra (BA) e o Prefeito Bida, de Lagoa Real (BA). Por fim, afirmou que a região vive um ciclo de desenvolvimento e geração de emprego e renda.

**Luiz Couto (PT - PB)** - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 2.527, de 2024, que institui o Programa Nacional de Pontos de Vida Ativa para a Pessoa Idosa, com o objetivo de ampliar o acesso da população idosa a ações de promoção dos direitos ao esporte recreativo, ao lazer e a direitos sociais análogos. Destacou que o objetivo da proposta foi ampliar o acesso de idosos a atividades de esporte, lazer e outros direitos sociais. Citou dados do Censo 2022, que apontaram um aumento de mais de 55% na população com 65 anos ou mais no Brasil, alcançando 22 milhões de pessoas. Ressaltou a necessidade de políticas públicas que garantam a inclusão, a saúde, a mobilidade e o combate ao etarismo, promovendo o envelhecimento saudável e a participação social. Pediu o apoio dos demais parlamentares para a aprovação da matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Evair Vieira de Melo (PP - ES)** - O Deputado criticou o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao comentar a ausência de novos anúncios de aumento de impostos durante o período de férias do Ministro. Ironizou a situação, atribuindo a pausa na criação de tributos à saída temporária de Haddad do cargo. Informou que a arrecadação recente teria sido resultado de uma política que classificou como prejudicial à população, especialmente aos aposentados. Sugeriu que o Ministro estivesse aproveitando as férias fora do País com recursos públicos ou de entidades interessadas. Encerrou a fala com críticas ao impacto da gestão de Haddad na economia brasileira.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado criticou partidos de Esquerda e o Governo Federal por posições relacionadas à política internacional e à economia. Citou uma manifestação em São Paulo (SP) contra Israel e criticou o uso de símbolos LGBT em apoio ao Irã, destacando casos de perseguição à população LGBTQIA+ no País. Também acusou o Presidente Lula de adotar um discurso ofensivo à comunidade judaica e alertou sobre o aumento da insegurança entre judeus no Brasil. Defendeu o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, o qual aumenta o IOF, alertando para os impactos negativos sobre trabalhadores, autônomos e microempreendedores. Criticou ainda o crescimento do número de estrangeiros, especialmente venezuelanos, inscritos no Bolsa Família, e ironizou ao sugerir que eleitores do PT deveriam financiar os custos dessas políticas.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado criticou a pressão por ajustes fiscais no Congresso e questionou os interesses por trás das propostas em debate. Defendeu medidas do Governo Federal para isentar do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais e para taxar os super-ricos. Comparou a carga tributária de trabalhadores, como professores, com a de pessoas com renda superior a 1 milhão de reais por ano. Afirmou que parte da crise política na Câmara se deu pela resistência em mexer nos privilégios da elite econômica e nas isenções fiscais, que somariam 860 bilhões de reais. Reforçou a oposição a projetos que permitissem o acúmulo de aposentadorias com salários de parlamentares e reafirmou o compromisso com a justiça fiscal e a redução das desigualdades.

**João Daniel (PT - SE)** - O Deputado defendeu as ações do Governo Lula e destacou avanços em áreas como a reforma tributária, o aumento real do salário mínimo, a geração de emprego e renda, além da retomada de obras por meio do PAC e investimentos em universidades e institutos federais. Afirmou que a população reconheceu essas iniciativas e criticou a atuação da Extrema Direita, que classificou como contrária aos interesses populares. Apontou resistência de setores conservadores ao aumento da tributação sobre os mais ricos e mencionou os depoimentos no Supremo Tribunal Federal, citando o ex-Presidente Jair Bolsonaro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

Informou que os envolvidos em atos golpistas estariam agindo de forma agressiva no Congresso e nas ruas, mas demonstrariam fragilidade diante da Justiça.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado criticou a política fiscal do Governo Federal e alertou para o risco de aumento de impostos como solução para o desequilíbrio das contas públicas. Afirmou que, diante da dificuldade de controlar gastos, o Governo optou por ampliar a arrecadação por meio de multas e tributos, sem adotar medidas de austeridade. Relembrou sua oposição ao rompimento do teto de gastos, que considerou um cheque em branco para o Executivo. Classificou a atual gestão como populista e mencionou os custos com viagens internacionais como exemplo de gastos excessivos. Rejeitou o aumento do IOF e defendeu o alívio da carga tributária sobre os brasileiros.

**Ivan Valente (PSOL - SP)** - O Deputado comentou uma entrevista do Senador Flávio Bolsonaro que circulou nas redes sociais, na qual o parlamentar admitiu a possibilidade de prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de aliados. Informou que a declaração revelou um clima de desespero entre os apoiadores do ex-Presidente, diante do avanço das investigações e da possibilidade de responsabilização judicial. Destacou que, ao ser questionado sobre uma eventual anistia, o Senador afirmou que, caso o Supremo Tribunal Federal a considerasse inconstitucional, a reação seria “à força”. Classificou a fala como uma ameaça de golpe de Estado e defendeu que o caso fosse levado ao Conselho de Ética.

**Luiz Carlos Haully (PODE - PR)** - O Deputado criticou a condução da política econômica pelo Ministro Fernando Haddad e manifestou preocupação com a instabilidade fiscal. Mencionou prejuízos causados pela greve na Receita Federal, que teria afetado a liberação de mercadorias nos portos e gerado perdas bilionárias. Apontou a falta de diálogo do Governo com auditores e analistas, defendendo a concessão de reajustes salariais para encerrar o movimento. Sugeriu também a atualização patrimonial de pessoas físicas e jurídicas como forma de arrecadação sem aumento de impostos. Rejeitou as propostas de elevação do IOF e do Imposto de Renda, e criticou o Ministro por tirar férias em meio à crise. Destacou a necessidade de uma gestão focada no equilíbrio das contas públicas, no combate aos juros altos e na proteção ao emprego e à renda no País.

**Missionário José Olimpio (PL - SP)** - O Deputado registrou a posse da nova diretoria do movimento PL Defesa, voltado à defesa dos CACs (Colecionadores, Atiradores e Caçadores). Parabenzou o Presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e o Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Deputado André do Prado, pela iniciativa. Destacou a importância do movimento para orientar e garantir segurança aos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

cidadãos que fazem parte desse segmento em todo o País. Ressaltou a relevância do tema para São Paulo e para o Brasil.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado parabenizou o Prefeito Eduardo Paes pela sanção de um projeto de lei municipal que determinou a fixação de cartazes pró-vida em hospitais, clínicas e centros de saúde do Rio de Janeiro (RJ). Destacou que a iniciativa partiu dos Vereadores Rogério Amorim, Rosa Fernandes e Márcio Santos. Informou que os materiais de conscientização alertaram para riscos associados ao aborto, incluindo infertilidade, problemas psicológicos, infecções e até morte, além de abordar o destino do nascituro em procedimentos abortivos. Elogiou a medida como uma ação em defesa da vida.

**Pauderney Avelino (UNIÃO - AM)** - O Deputado destacou o seguro contra danos estruturais no Programa Minha Casa, Minha Vida. Criticou a possibilidade de cobrança desse seguro para famílias de baixa renda, afirmando que isso elevaria o custo das prestações e representaria um ônus excessivo para os beneficiários de conjuntos habitacionais e casas de até quatro andares. Argumentou que a cobrança deveria recair apenas sobre faixas de renda mais alta ou a classe média, preservando a população mais vulnerável.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado criticou o Governo do Presidente Lula, destacando a incapacidade da gestão em enfrentar problemas como desemprego, insegurança pública e ambiente hostil ao empreendedorismo. Apontou o aumento da máquina pública, o crescimento de cargos comissionados e a retomada da barganha política como retrocessos à meritocracia e à responsabilidade fiscal. Na área externa, criticou a aproximação com regimes autoritários e a falta de reação a violações de direitos humanos. Também lembrou escândalos de corrupção do passado, como o mensalão e o petrolão, e contestou a tentativa do Governo de minimizar esses fatos. Enfatizou a necessidade de fiscalização, denúncia e proposição no Parlamento para resgatar o País, e manifestou confiança na Presidência de Hugo Motta para promover ética e moral no Legislativo.

**Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO)** - O Deputado manifestou compromisso com as populações vulneráveis. Defendeu o reconhecimento do diabetes tipo 1 como deficiência, medida que garantiria inclusão em políticas públicas. Também apoiou a indenização e pensão especial para crianças com síndrome congênita do zika vírus, ressaltando os desafios enfrentados por suas famílias. Posicionou-se contra as reavaliações periódicas para aposentados por incapacidade permanente, considerando a medida um alívio necessário. Por fim, criticou as mudanças no BPC e no Bolsa Família, destacando a importância desses programas para a proteção social. Enfatizou a responsabilidade do Congresso em priorizar os direitos dos mais vulneráveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado criticou o discurso da Esquerda sobre a taxaço dos mais ricos, questionando a eficácia dessa narrativa. Afirmou que, ao aumentar impostos como o IOF e criar tributaçoes sobre Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio, o impacto recairia sobre toda a população, incluindo os mais pobres. Destacou que consumidores de bens essenciais, como alimentos, combustíveis e moradia, seriam diretamente afetados. Também criticou o foco de Parlamentares da Esquerda em temas como golpe de Estado e declaraçoes sobre Bolsonaro, alegando falta de propostas concretas para o controle fiscal e a reduço de gastos públicos. Mencionou os custos de viagens da Primeira-dama Janja e cobrou mais responsabilidade econômica do Governo Federal.

**Coronel Tadeu (PL - SP)** - O Deputado assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, em substituiço à Deputada Carla Zambelli. Agradeceu aos eleitores e relatou sua experiéncia recente na aviaço offshore. Criticou a situaço fiscal do Governo, mencionando um déficit superior a R\$ 324 bilhões, além do aumento do desmatamento e da falta de avanços na exploraço de petróleo na Margem Equatorial brasileira. Lamentou a retirada de isençoes para pessoas com deficiéncia e defendeu a revisáo da legislaço tributária.

#### ORDEM DO DIA

**Dr. Frederico (PRD - MG)** - O Deputado proferiu parecer às Emendas do Senado Federal do Projeto de Lei nº 4.626, de 2020, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposiço a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado discutiu as Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.626, de 2020, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos; e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposiço a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado encaminhou a votaço das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.626, de 2020, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos; e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposiço a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Helio Lopes (PL - RJ)** - O Deputado agradeceu à Câmara dos Deputados pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.626, de 2020, de sua autoria, que endurece as penas para crimes de maus-tratos e abandono de incapaz, com foco na proteção de idosos, crianças e pessoas com deficiência. Destacou que a iniciativa surgiu diante da percepção de que as penalidades anteriores eram brandas diante da gravidade das situações enfrentadas pelos mais vulneráveis. Também reconheceu a atuação do Deputado Dr. Frederico na relatoria e mencionou que o texto foi aperfeiçoado no Senado antes de retornar à Câmara. Ao finalizar, ressaltou que a nova lei representa um avanço na proteção dos que mais precisam.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Lindbergh Farias (PT - RJ)** - O Deputado anunciou o voto contrário da Federação do PT ao requerimento de urgência para tramitação do projeto de decreto legislativo que visa sustar o decreto sobre o aumento do IOF, defendendo a tributação sobre os mais ricos como forma de equilíbrio fiscal. Além disso, criticou a resistência das elites à taxa justa e alertou que, sem o IOF, o Governo poderá ter de contingenciar R\$ 12 bilhões, prejudicando programas sociais. Também destacou que a proposta do Governo em uma medida provisória inclui taxa de apostas, corte de desonerações e aumento da CSLL sobre bancos. Ao concluir, citou dados sobre isenções em LCA, LCI e juros sobre capital próprio, afirmando que é injusto que grandes rendas não sejam tributadas, enquanto professores pagam até 27,5%.

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Julio Lopes (PP - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Antonio Brito (PSD - BA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Além disso, registrou seu voto pessoal contrário à proposta.

**Afonso Motta (PDT - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Alex Manente (CIDADANIA - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada criticou a Oposição, afirmando que ela defende privilégios do setor mais rico da sociedade enquanto ataca medidas que protegem os trabalhadores. Defendeu o aumento seletivo do IOF, que atingiria quem tem capacidade financeira, como quem envia dinheiro ao exterior ou investe na previdência privada. Acusou também a Oposição de hipocrisia por aceitar alíquotas mais altas no Governo Bolsonaro e agora criticar o Governo Lula por buscar evitar cortes nas áreas sociais. Finalmente, denunciou o volume de emendas parlamentares e isenções fiscais, que drenariam recursos que poderiam financiar políticas públicas.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**Caroline de Toni (PL - SC)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Zucco (PL - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 2025, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Além disso, afirmou que o Governo busca readequar as contas públicas dentro das regras do novo arcabouço fiscal, sem penalizar os mais pobres. Criticou a Oposição por defender interesses do “andar de cima” e se opor à taxação de setores mais ricos, como o mercado financeiro e as *bets*. Reforçou que o Governo não aceitará cortar gastos sociais, como Bolsa Família ou reajustes do salário mínimo, e que continuará dialogando, mas mantendo o compromisso com os mais pobres.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de promover ganância, aumento excessivo de impostos e dependência de assistencialismo. Ironizou programas como o Bolsa Família, afirmando que desestimulam o trabalho formal e servem como mecanismo de compra de votos. Defendeu a derrubada do aumento do IOF, classificando-o como mais uma tentativa do Governo de cobrir seus rombos fiscais. Além disso, criticou a postura do Ministro Fernando Haddad e afirmou que sua saída temporária seria uma “fuga” diante do desgaste. Reforçou, ainda, que a Direita luta pela redução de impostos e pela liberdade econômica, enquanto a Esquerda apostaria na multiplicação da pobreza e no crescimento do Estado. Finalizou defendendo que a Câmara pautasse urgentemente o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, para anular o aumento do IOF.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado apresentou questão de ordem sobre a possibilidade de votação imediata do mérito do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que visa sustar o aumento do IOF. Caso não fosse viável, sugeriu à Presidência a convocação de uma reunião de Líderes no dia seguinte, a fim de viabilizar a votação ainda naquela semana. Destacou que a expressiva manifestação do Plenário demonstra que a Câmara não aceitará mais aumento de impostos. Além disso, criticou o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmando que ele abandonou o País em meio à crise para tirar férias e que sua política se resume a criar tributos. Por fim, defendeu que o Governo corte gastos em vez de penalizar a população com mais impostos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado destacou que a aprovação da urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que busca sustar o aumento do IOF, com 346 votos favoráveis, representa um recado contundente da Câmara. Ressaltou que esse número supera até o necessário para um processo de *impeachment* de Presidente da República, evidenciando o descontentamento do Parlamento com o Governo. Criticou o que chamou de invasões do Executivo sobre o processo legislativo e cobrou que, após a urgência, o mérito fosse imediatamente votado. Por fim, defendeu corte de gastos, privatizações e medidas de responsabilidade fiscal.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado afirmou que, segundo a Constituição, o Congresso só pode sustar atos do Executivo quando estes extrapolam os limites legais. No entanto, defendeu que o decreto que reajustou o IOF não excede as prerrogativas do Executivo, sendo, portanto, legítimo e constitucional. Alertou que, ao sustar esse decreto, quem ultrapassaria suas atribuições seria o próprio Congresso, ferindo a Constituição e gerando instabilidade econômica. Citou, inclusive, a Deputada Caroline de Toni, que reconheceu a necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição para alterar essa competência, o que confirmaria a inconstitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, em debate.

**Jack Rocha (PT - ES)** - A Deputada defendeu a elevação do IOF como uma medida de justiça social e responsabilidade fiscal. Afirmou que é preciso enfrentar a concentração de renda no Brasil e combater setores que lucram de forma desregulada, como apostas *online* e criptomoedas, que fomentariam uma “economia de ilusão”. Destacou que a arrecadação é fundamental para financiar políticas públicas como Farmácia Popular, SUS, Minha Casa Minha Vida e programas de geração de emprego e renda. Criticou a criminalização dos impostos e da política, reforçando que o Governo busca valorizar os trabalhadores e promover inclusão social.

**Maria do Rosário (PT - RS)** - A Deputada criticou os discursos que disseminariam desinformação sobre aumento de impostos na votação do IOF. Afirmou que a medida visava corrigir distorções, cobrando de quem tem benefícios fiscais excessivos. Alertou que, futuramente, o Congresso precisará escolher entre arrecadar de setores privilegiados ou cortar gastos sociais, como aposentadorias, BPC e recursos do Fundeb. Repudiou também menções a *impeachment* feitas por alguns Parlamentares, classificando-as como irresponsáveis e prejudiciais à estabilidade do País, e defendeu responsabilidade institucional e respeito ao mandato do Presidente Lula.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado declarou voto favorável à urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que visa sustar o decreto do Governo que eleva o IOF de 0,38% para 13,5%,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

classificando o aumento como abusivo, superior a 800%. Afirmou que a votação não é contra o Governo, mas contra uma decisão específica que penaliza a população. Reforçou que a sociedade não suporta mais a alta carga tributária e, por isso, posicionou-se contra a medida.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado defendeu que a Câmara vote com urgência o mérito do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, que susta o decreto do Governo sobre o aumento do IOF. Destacou que o resultado expressivo da votação da urgência, com 346 votos favoráveis, foi um recado claro de rejeição ao aumento de impostos. Alertou que, enquanto o mérito não for votado, o decreto continua em vigor e o Governo segue arrecadando dinheiro da população.

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado defendeu que o Congresso tem, sim, respaldo constitucional para sustar o decreto que aumenta o IOF, citando o artigo 49, inciso V, da Constituição. Afirmou que o decreto representa um abuso do poder de tributar, utilizado de forma indevida para fazer caixa. Destacou que a Câmara deu uma resposta firme à sociedade ao aprovar a urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, e reforçou o apelo para que o mérito seja votado o quanto antes.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.692, de 2025, que altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

**Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Resolução nº 27, de 2025, que altera a denominação da atual “Sala de Reuniões do Colégio de Líderes” para “Sala Miguel Arraes”.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado celebrou a aprovação da urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, para sustar o decreto que eleva o IOF, classificando o resultado como uma vitória esmagadora do Congresso em conexão com o povo brasileiro. Afirmou que a população não suporta mais a “gastança” do Governo Lula. Reforçou que a Oposição está cumprindo seu compromisso com o Brasil e parabenizou o Parlamento pela decisão.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado manifestou posição contrária do PL ao Projeto de Resolução nº 27, de 2025, que altera a denominação da atual “Sala de Reuniões do Colégio de Líderes” para “Sala Miguel Arraes”. Afirmou que o partido defende a liberdade e a democracia e que não é aceitável fazer apologia ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

comunismo. Reforçou que é uma questão de bom senso e que essa ideologia não tem espaço na Câmara dos Deputados.

**Caroline de Toni (PL - SC)** - A Deputada explicou que apresentou um destaque propondo que a sala de Líderes seja nomeada em homenagem à Deputada Amália Barros, falecida recentemente, como alternativa à proposta original, que carrega, segundo ela, uma conotação ideológica. Por esse motivo, manifestou intenção de votar contra a urgência, para possibilitar a discussão do texto e da sugestão de alteração.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz (Compaz), em âmbito nacional, e dá outras providencias.

**Lucas Ramos (PSB - PE)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias. Além disso, homenageou o ex-Vereador de Porto Alegre (RS), Adão Eliseu de Carvalho, falecido recentemente, destacando sua trajetória como militar, gestor público e trabalhista atuante. Expressou condolências à família e relembrou seu legado no Rio Grande do Sul.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias. Além disso, criticou o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao rebater declaração anterior do Deputado Sóstenes Cavalcante, que havia chamado o Ministro de “burro”, argumentando que o animal simboliza trabalho, humildade e utilidade, ao contrário das ações do Ministro, que, segundo ele, prejudicam a economia, os produtores e os empreendedores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias. Também agradeceu ao Presidente Hugo Motta por pautar o projeto que promove a cultura da paz e a segurança cidadã, inspirado em experiências bem-sucedidas como as bibliotecas públicas de Medellín e o Compaz, em Recife (PE).

**Lucas Ramos (PSB - PE)** - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, e dá outras providencias.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado fez um apelo aos colegas Parlamentares para que votem pela derrubada do Veto nº 4, relacionado ao projeto que reconhece o diabetes tipo 1 como deficiência. Destacou que a condição pode surgir em qualquer fase da vida, com maior incidência entre crianças e adolescentes, e alertou que muitos pacientes morrem por falta de diagnóstico adequado e acesso à insulina.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o aumento no número de estrangeiros atendidos pelo programa Bolsa Família durante o Governo Lula, mencionando uma suposta elevação de 540%. Classificou a situação como imoralidade com os recursos públicos e defendeu a aprovação de um projeto de lei para impedir que estrangeiros recebam benefícios financiados pelo erário. Também comparou o caso aos empréstimos do BNDES a países que deram calote no Brasil e afirmou que a medida desrespeita os brasileiros em situação de vulnerabilidade, especialmente os nordestinos.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado rebateu críticas ao programa Bolsa Família, esclarecendo que os cadastros de beneficiários são responsabilidade dos Governos Municipais, não do Governo Federal. Criticou a postura de Parlamentares que, segundo ele, atacam o Presidente Lula por motivos eleitorais e por obsessão política. Além disso, enfatizou os investimentos sociais do atual Governo e afirmou que Lula é respeitado internacionalmente, ao contrário do ex-Presidente.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado manifestou preocupação com a atuação da Direita e da Extrema Direita no Congresso Nacional, acusando-as de defender supersalários e super-ricos. Criticou a tentativa de barrar propostas que buscavam maior tributação sobre grandes fortunas e apontou a manutenção da desigualdade econômica como uma das principais injustiças do País. Mencionou reportagem do jornal O Globo que afirmou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

que o “sindicato dos ricos” se apossou da Câmara, mas destacou que a bancada de Esquerda não foi cooptada.

**Duarte Jr. (PSB - MA)** - O Deputado anunciou um acordo para garantir avanços na pauta da inclusão de pessoas com deficiência. Informou que o Governo não contestará a derrubada dos Vetos nº 2 e nº 38 de 2024, o que permitirá assegurar pensão e indenização a famílias de pessoas com microcefalia, além de eliminar a exigência de validade para laudos de deficiência permanente, como autismo e síndrome de Down.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado reagiu às críticas feitas à defesa dos mais ricos no plenário da Câmara, ironizando a existência de um "sindicato dos ricos". Afirmou que um Parlamentar do PSOL, a quem atribuiu patrimônio superior a dois milhões de reais, deveria integrar esse suposto grupo. Chamou o colega de “comunista de araque” e questionou sua coerência ideológica, sugerindo que ele explicasse sua situação financeira publicamente.

**Evair Vieira de Melo (PP - ES)** - O Deputado alertou para a inclusão na pauta do Projeto de Decreto Legislativo 405, de 2022, que garante uma série de direitos a imigrantes indocumentados, como liberdade de expressão, organização sindical e proteção à vida privada e familiar. Também criticou o texto ao afirmar que esses direitos nem sempre são plenamente assegurados aos brasileiros e classificou a proposta como uma "aberração". Ao final, conclamou os Parlamentares a votarem contra a matéria, argumentando que ela concede privilégios indevidos a estrangeiros em situação irregular no País.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada celebrou a aprovação, na Comissão de Previdência e Assistência Social, do Projeto de Lei nº 1.441, de 2023, que institui a Semana Nacional do Mutirão Direito a Ter Pai. Destacou o objetivo de ampliar a conscientização sobre paternidade responsável e facilitar o reconhecimento formal da filiação. Citou dados da ARPEN indicando que quase 100 mil crianças nascidas em 2021 não tinham o nome do pai no registro, o que, segundo ela, compromete o bem-estar emocional e jurídico das crianças. Também defendeu que a oficialização da paternidade fortalece vínculos afetivos e assegura direitos fundamentais.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou a política econômica do Governo Federal, destacando o aumento do IOF como uma medida improvisada, adotada sem estudos técnicos ou planejamento. Afirmou que a iniciativa revela desespero fiscal e tem como único objetivo maquiagem um rombo de R\$ 76,3 bilhões, contrariando a promessa de superávit. Lamentou que o Governo não tivesse cortado privilégios, reduzido ministérios ou revisto gastos, preferindo aumentar a carga tributária. Ressaltou que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

tributos indiretos, como o IOF, penalizam especialmente os mais pobres. Alertou para a gravidade da crise fiscal e a projeção de déficit contínuo até 2026. Por fim, defendeu coragem para romper com políticas populistas, resistir às pressões por cargos e governar com seriedade, respeito ao povo e responsabilidade com o futuro do País.

**Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP)** - O Deputado avaliou positivamente as novas diretrizes do Ministério da Educação que restringiram a oferta de cursos na modalidade a distância para graduações em Medicina, Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia. Destacou que a medida visa preservar a qualidade da formação profissional em áreas que exigem intensa prática e interação presencial. Ressaltou o crescimento acelerado da educação a distância entre 2018 e 2023 e as preocupações geradas com a manutenção dos padrões acadêmicos. Explicou que a decisão oficializou três modalidades de ensino e estabeleceu exigência mínima de 20% de atividades presenciais ou síncronas nos cursos a distância. Ademais, esclareceu que as instituições terão até dois anos para se adequar e que os alunos já matriculados não serão prejudicados. Ao final, defendeu que a medida representa um investimento na formação sólida dos profissionais e na valorização do ensino superior no Brasil.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado celebrou o início da obra de extensão da Avenida Litorânea, em São Luís (MA), destacando o investimento de mais de R\$ 235 milhões como marco de integração, mobilidade urbana e desenvolvimento sustentável. Elogiou o Governador Carlos Brandão e a equipe da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) pela condução do projeto, que incluirá saneamento básico, iluminação eficiente, ciclovias, áreas de lazer, ponte e praça pública. Ressaltou que a obra trará impacto positivo para o turismo, a economia local e a coesão social, fortalecendo a autoestima dos maranhenses. Afirmou que o Governo do Maranhão, em parceria com o Governo Federal, rompe com o improvisado e adota uma visão de futuro estruturante. Por fim, parabenizou os trabalhadores que executarão o projeto e afirmou que o Parlamento acompanhará a correta aplicação dos recursos e a efetividade social da iniciativa.

**Acácio Favacho (MDB - AP)** - O Deputado celebrou o início da operação do navio-sonda ODN-II rumo à costa do Amapá, destacando o avanço dos estudos na foz do rio Amazonas como marco inicial para a possível exploração de petróleo e gás natural na região. Afirmou que a operação representa não apenas desenvolvimento energético, mas também justiça regional para um Estado historicamente marginalizado. Ressaltou os benefícios econômicos e sociais do projeto, como geração de emprego, arrecadação e capacitação profissional. Defendeu o rigor técnico e ambiental do processo de licenciamento e o protagonismo do Amapá em decisões estratégicas nacionais. Além disso, comemorou o reconhecimento do Marabaixo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 106.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2025

enaltecendo sua importância como expressão da resistência negra na Amazônia. Ao final, reafirmou o compromisso com o equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado defendeu mais atenção do Estado às pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), doença rara, progressiva e neurodegenerativa que compromete os músculos sem afetar a consciência. Criticou a precariedade do atendimento no Brasil, destacando a ausência de protocolos no Sistema Único de Saúde (SUS), a burocracia, a escassez de medicamentos e a falta de suporte às famílias. Reivindicou políticas públicas permanentes que assegurem diagnóstico precoce, acesso a tratamentos de alto custo, tecnologias assistivas e cuidado integral. Além disso, defendeu que o cuidado com doenças raras deve abranger todos os pacientes, independentemente da incidência, com ações que garantam visibilidade e assistência efetiva. Ao final, apelou por a concretar e compromissos com a dignidade daqueles que lutam contra enfermidades raras, conclamando o Parlamento a transformar essa causa em prioridade coletiva.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado criticou os decretos que alteraram as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), apontando impactos negativos sobre o crédito, os investimentos e a atividade produtiva no País. Reafirmou seu compromisso com a responsabilidade fiscal, mas defendeu que o equilíbrio das contas públicas seja buscado com diálogo, previsibilidade e justiça tributária. Ressaltou que o contribuinte já suporta uma carga tributária elevada e não pode ser continuamente penalizado por medidas arrecadatórias. Manifestou apoio à aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 314, de 2025, que visa sustar os efeitos do decreto de aumento do IOF. Ao final, afirmou ser possível garantir a estabilidade fiscal sem prejudicar os cidadãos.

**Fausto Santos Jr. (UNIÃO - AM)** - O Deputado alertou para a gravidade da crise social no Estado do Amazonas, onde mais de 420 mil pessoas foram atingidas pelas cheias, com 36 dos 62 Municípios em situação de emergência. Destacou os impactos diretos sobre as comunidades ribeirinhas, como perdas de moradias, isolamento, escassez de alimentos e risco elevado de doenças devido à contaminação da água. Ressaltou que o Amazonas liderou o número de desabrigados por desastres naturais no País entre 2013 e 2023, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Reiterou o apelo feito anteriormente ao Governo Federal para intensificar o envio de cestas básicas, ampliar os recursos de assistência social e adotar medidas emergenciais e estruturantes. Ao final, defendeu políticas públicas eficazes e conclamou o Estado brasileiro a agir com firmeza diante da calamidade enfrentada pela população amazonense.

## ENCERRAMENTO